



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Cúpula dos Povos:

ANDES-SN e seções sindicais marcaram presença em evento paralelo à COP 30 *Págs. 8 a 11*



Debates sobre carreira e condições de trabalho pautam Encontro das Iees, Imes e Ides *Págs. 4 e 5*

Histórico: II Marcha das Mulheres Negras reúne mais de 300 mil *Págs. 14 a 16*

A recente divulgação dos dados relativos à taxa de sindicalização entre a força de trabalho ocupada no Brasil, por meio da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD Contínua/IBGE) do ano de 2024, revelou uma tímida recuperação da densidade das entidades sindicais, fato que se verifica pela primeira vez desde 2012. Na série histórica, a taxa total de sindicalização no país, considerados o setor público e setor privado, caiu de 15,7% em 2015 para 8,4% em 2023, apresentando leve oscilação positiva de 0,5% (para 8,9%) no levantamento realizado no último ano.

Embora o cerne desta drástica queda na organização da classe trabalhadora brasileira possa ser associado a episódios precisamente situados na conjuntura, com destaque para a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 (que fez a taxa total de sindicalização no Brasil cair cerca de 21,02% em 2018, na comparação com os índices de 2015, passando de 15,7% para 12,4%) e, sobretudo, para a pandemia global de Covid-19 (que derrubou a taxa total de trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados em mais de 46% em 2022, na comparação com 2015), a tendência geral de queda reflete fenômenos mais complexos e de escala mundial.

O serviço público continua consistindo no setor com maior taxa de sindicalização no país, apresentando oscilação positiva de 0,6% na taxa total de sindicalização na comparação entre 2023 (18,3%) e 2024 (18,9%); não obstante, a queda nos índices de sindicalização neste segmento é ainda mais intensa nos últimos dez anos do que aquela verificada no conjunto da

força de trabalho ocupado, retraindo-se 34,8% no período (em relação aos 29% de trabalhadoras e trabalhadores do serviço público sindicalizados em 2015). Os setores da educação, saúde e seguridade social são aqueles em que se verificam as maiores taxas de sindicalização no serviço público, num total de aproximadamente 19,1% de sindicalizadas e sindicalizados em 2024, apresentando viés de queda menor do que a média do funcionalismo nos últimos dez anos (- 23,6%).

A título de comparação, segundo dados do Bureau of Labour Statistics (BLS), a taxa de sindicalização total entre a população ocupada nos EUA caiu de 11,1% em 2015 para 9,9% em 2024 (queda de 10,8%), com uma retração um pouco menor no setor público (de 35,2% para 32,2%, ou seja, queda de 8,5%), mas em contínuo viés descendente nas últimas três décadas; na Argentina, conforme os dados mais recentes disponíveis, a retração da sindicalização no setor público foi 15,63% na comparação entre 2015 e 2022 (caindo de 32% para 27%, segundo a Organização Internacional do Trabalho). Na média dos países da OCDE, a queda da sindicalização total foi de 16,67% na última década, passando de 18% em 2015, para cerca de 15% em 2024. Trata-se, portanto, de uma tendência de larga escala, relacionada à reestruturação produtiva vivenciada na atual fase da acumulação capitalista, com forte impacto tanto da emergência do chamado “capitalismo de plataformas”, quanto pela guinada ideológica

que tem imposto severas dificuldades à organização de trabalhadoras e trabalhadores mundo afora.

Para lidar com tal cenário complexo, o ANDES-SN realiza neste mês de novembro duas importantes iniciativas. A primeira delas diz respeito ao Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas, a decorrer em São Paulo, entre os dias 28 e 30. A atividade foi concebida com o objetivo de acumular posições da nossa categoria que contribuam para o fortalecimento da vida cotidiana, da democracia interna e dos mecanismos de solidariedade de classe no âmbito do nosso Sindicato Nacional.

Durante o Seminário, ocorre também uma segunda iniciativa, marcada pelo lançamento da nossa Campanha Nacional de Sindicalização, que seguirá em todas as seções sindicais ao longo do ano de 2026, quando comemoraremos os 45 anos do ANDES-SN. Por meio dessas iniciativas, queremos reforçar a importância da organização coletiva para a conquista dos nossos direitos e para a defesa dos interesses de nossa classe, agindo primordialmente entre colegas docentes recém-ingressos na

categoria. É preciso construir uma contracorrente, nestes tempos turbulentos, para reinscrever, no imaginário de quem vive do trabalho, que a unidade é o caminho e que nada temos a perder, a não ser os próprios grilhões.



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Diego Ferreira Marques

Editor-Chefe: Luciano Berengeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DRT 9045/DF, Renata Maffezoli, Letícia Figueiredo DRT 4124/DF

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN



O ANDES-SN

é mais forte com você!



Carreira, condições de trabalho e saúde marcam debates do XXI Encontro das Iees, Imes e Ides



O XXI Encontro do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides) do ANDES-SN, realizado em Campina Grande (PB), entre os dias 24 e 26 de outubro, contou com cerca de 70 docentes, de 19 Seções Sindicais, e destacou urgências da carreira docente, políticas de combate à violência e adoecimento no trabalho. A Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Aduesp SSind.) foi a anfitriã do evento, em meio à greve iniciada em 22 de setembro na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), marcada por uma séria crise financeira e precarização.

A abertura contou com representantes da diretoria do ANDES-SN, da Aduesp SSind, da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG SSind.), do movimento estudantil, da Reitoria da UEPB e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (Sintep-PB).

Carreira docente e condições de trabalho

A primeira mesa abordou o tema central do encontro: “Salário, carreira e condições de trabalho: o Setor das Iees, Imes e Ides em debate”. O docente da Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia (Uesb), Alexandre Galvão, apresentou análise da proposta de carreira única para docentes das Estaduais, Municipais e Distrital, recuperando o histórico da luta pela valorização da titulação, do tempo de serviço e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entre outros aspectos. Defendeu que, enquanto a carreira única não é implementada em todas as esferas, as propostas setoriais devem ser entendidas como políticas de transição, alinhadas aos eixos orientadores do projeto do Sindicato Nacional.

A 1ª secretária da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Amanda Moreira, apresentou os resultados da “Enquete

Nacional de Saúde Docente” colhidos na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e revelou um cenário de crise profunda. O estudo apontou a Uerj como um “laboratório” de ataques à carreira e revelou um cenário de extrema intensificação do trabalho, infraestrutura precária, adoecimento generalizado e relações marcadas por racismo e elitismo.

Cotas étnico-raciais e combate às violências

A segunda mesa do XXI Encontro teve como tema “A necessidade de um protocolo no combate às violências e da defesa das cotas étnico-raciais nas Iees,



Imes e Ides". Ana Luísa Araújo, docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), apontou estratégias de burla às leis de Cotas nº 12.990/2014, que garante 20% das vagas à população negra, e a mais recente nº 15.142/2025, que amplia a cota para 30%, incluindo indígenas e quilombolas. A professora, que também é coordenadora do Observatório das Políticas Afirmativas Raciais (Opará), detalhou como o fracionamento de vagas e até mesmo sorteios com bolinhas de bingo têm tornado a lei ineficaz, mantendo os quadros docentes majoritariamente brancos.

O professor Vércio Gonçalves, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), destacou que os espaços de visibilidade não binária são ocupados, em sua maioria, por pessoas brancas e de classe média, enquanto a população trans negra e pobre segue à margem, sem as mesmas oportunidades. Gonçalves foi enfático ao defender que as universidades precisam ir da inclusão à permanência, com políticas de acolhimento efetivas.

Aprovado no 43º Congresso do ANDES-SN, realizado em janeiro deste ano na cidade de Vitória (ES), o "Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de Assédio Moral, Sexual, Racismo, LGBTfobia e Qualquer Discriminação e Violência", surge para estabelecer procedimentos de acolhimento à vítima, apuração e ampla defesa. Este foi o tema da palestra da 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, Caroline Lima.

Conforme a diretoria do Sindicato Nacional, a ferramenta será determinante para proteger a categoria, cada vez mais adoecida por violências institucionais. Um levantamento com 80 seções sindicais mostrou que apenas 20 possuíam políticas



efetivas de combate ao assédio.

Saúde, intensificação do trabalho e previdência

Na terceira mesa do encontro, o tema "Condições de trabalho, previdência e saúde docente, o que a enquête tem a dizer sobre as(os) docentes das Iees, Imes e Ides", analisou os dados obtidos na enquête sobre saúde docente, com recorte no Setor. A Enquete Nacional "Condições de Trabalho e Saúde Docente" do ANDES-SN, baseada no modelo da Enquete Operária de Marx, ouviu mais de 4 mil docentes em todo o país e foi desenvolvida em duas etapas: a primeira entre maio e junho de 2023 e a segunda, entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025.

Segundo o docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Gilberto Calil, a análise dos dados coletados aponta para um cenário de piora das relações interpessoais no ambiente laboral e intensificação do trabalho e desafios relacionados às condições estruturais, saúde e uso de tecnologias.

Os resultados da Enquete mostram

ainda que 82,5% das professoras e professores que solicitaram afastamento por motivos de saúde, entendem que adoeceram por conta do trabalho. Para a 1ª vice-presidenta da Regional Sul, Fernanda Mendonça, expositora do tema, há uma alta prevalência de doenças de caráter psicológico e emocional e falta suporte institucional: 60% das Instituições de Ensino Superior (IES) não possuem ações gratuitas de saúde, nem de prevenção e promoção da saúde.

A professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora, Sara Granemann, alertou que a Reforma Administrativa é a nova etapa do desmonte da Previdência e dos serviços públicos. Na sua análise, a proposta em discussão, na verdade, é uma "reforma trabalhista" destinada a precarizar o serviço público e empurrar as trabalhadoras e os trabalhadores para a previdência privada.

Desfinanciamento das Iees, Imes e Ides

Com o tema "Pesquisa sobre o financiamento das Iees, Imes e Ides: em defesa da Uemg e organizando a luta pela LOA 2026", a quarta mesa contou os pesquisadores Rodrigo Ávila, Davi Leite e a 1ª vice-presidenta da Regional do Rio de Janeiro, Raquel Garcia.

A e os palestrantes apresentaram um panorama aprofundado sobre o subfinanciamento das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior, contextualizando historicamente a luta pelo financiamento. Denunciaram ainda o impacto do "Sistema da Dívida" nos orçamentos e alertaram para os riscos de medidas como o Programa de Pagamento de Dívidas (Propag) e a tentativa de federalização da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg).



Sem enfrentamento à barbárie capitalista não há saída para a crise climática



A crise socioambiental, que devasta territórios e ceifa vidas ao redor do planeta, atingiu proporções de emergência sem precedentes na história da humanidade. Esse colapso climático é consequência direta do modelo de acumulação capitalista, que ameaça a própria sobrevivência de todas as espécies do planeta.

Governos de diferentes espectros, tanto os mais conservadores e de extrema direita quanto os progressistas, atuam para manter a lógica produtivista que destrói biomas e coloca a vida em xeque. No entanto, tragédias recentes no Brasil e em outros países apontam que a crise climática não pode mais ser vista apenas como pauta secundária, e precisa ser reconhecida como a manifestação mais aguda da irracionalidade do sistema capitalista, para a qual a única saída viável é o rompimento com a lógica do lucro.

Diego Marques, 2º tesoureiro do ANDES-SN, enfatiza que a conformação da atual crise climática é um resultado dos padrões da acumulação capitalista, em especial do escalonamento exponencial da produção de bens de consumo na fase do capitalismo tardio, acompanhado da conformação de uma tecnoestrutura de Estado típica do período pós-2ª Guerra Mundial. Para o docente, esse sistema irracional de organização social da produção, que produziu

a maior concentração de riqueza de toda a história humana, apenas confirma o velho alerta de Karl Marx de que “a 20% de lucro, o capitalismo não recua nem diante de um crime”.

Diante da gravidade, Annie Hsiou, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, é categórica ao afirmar que para enfrentar as emergências climáticas é preciso reduzir o crescimento do capitalismo, pois a escalada da temperatura da Terra está gerando um enorme efeito estufa sem precedentes. “Para frear o aumento dos efeitos, o freio de mão é ecossocialista”, afirma a diretora, que é da coordenação do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental do Sindicato Nacional.

Para Annie Hsiou, a crise climática escancara a pior face do capitalismo e se manifesta, no Brasil, através de fenômenos como emissões de carbono, ilhas de calor, poluição, desmatamento e, principalmente, devido às mudanças do uso do solo pelas atividades do agronegócio - especialmente a pecuária e monoculturas. O Brasil, inclusive, é o quarto maior emissor histórico de carbono, atrás apenas dos EUA, China e Rússia.

“A destruição dos nossos biomas ao longo dos séculos, tanto da Mata Atlântica, Cerrado e parte da Amazônia jogou bilhões de toneladas de carbono na atmosfera, com a convivência inclusive

de governantes de esquerda, como, por exemplo, as construção das usinas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau”, ressalta.

Segundo a docente, a análise da continuidade da devastação mostra que o agronegócio foi favorecido em todos os governos. “Bolsonaro passou a boiada, mas o terreno foi construído muito antes”, critica, destacando a continuidade das políticas e da convivência dos diferentes governos.

A 3ª vice-presidenta do ANDES-SN pontua ainda que mudanças na legislação brasileira também contribuíram para o cenário devastador atual, como o Novo Código Florestal de 2012, que concedeu anistia para os proprietários que desmataram ilegalmente até 2008 e reduziu áreas de proteção ambiental, tendo como consequência o crescimento do desmatamento até 2022.

“Os vetos de Lula são insuficientes para o PL da Devastação, porque, ao mesmo tempo, o próprio executivo encaminhou uma MP [medida provisória] para poder explorar a margem equatorial brasileira, na Foz do Amazona, com um projeto do Davi Alcolumbre, presidente do Senado”, destaca.

A professora ressalta que, no entanto, o “negacionismo climático” dos governantes brasileiros e, de um modo geral, da classe dominante contrasta com a posição ma-



oritária da população brasileira. Segundo levantamento do Datafolha divulgado em 2024, 97% dos brasileiros aceitam que as mudanças climáticas existem e 78% avaliam que têm causas humanas, um dos maiores índices do mundo.

Para Hsiou, a experiência da população brasileira com as mudanças climáticas refletem essas opiniões. Além das grandes tragédias e crimes como os ocorridos em Mariana (MG), Brumadinho (MG) e Rio Grande do Sul, 5.233 cidades brasileiras, ou seja 94% das unidades federativas municipais, foram afetadas pelo menos uma vez por eventos que resultaram em decreto de situação de emergência ou estado de calamidade pública, entre os anos de 2013 e 2023. Os dados são de um levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Negacionismo mata

O caso do Rio Grande do Sul (RS), em maio de 2024, é um exemplo brutal: 478 dos 497 municípios foram atingidos pelas enchentes. 2,4 milhões de pessoas foram afetadas, 184 morreram e 25 seguem desaparecidas. Annie Hsiou denuncia que o governo do RS, com sua política neoliberal, implementou diversas medidas de flexibilização ambiental desde 2019 e, após enchentes anteriores, destinou apenas 0,2% do orçamento para o enfrentamento de calamidades.

“O negacionismo climático dos governantes do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre foi escancarado, pois o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) alertou que a enchente chegaria em Porto Alegre nos primeiros dias de maio, mas nada foi feito antecipadamente. A lição é que o negacionismo mata”, afirma.

A docente cita outro exemplo, que não menos grave: o estado de São Paulo, com 80% dos focos de incêndios e queimadas em 2024 ocorrendo em áreas destinadas ao agronegócio, plantações de cana ou pastagem. “O governo ignorou os alertas de risco de incêndios do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Defesa Civil e só depois lançou um pacote econômico para socorrer os produtores afetados”, lembra.

Capitalismo verde não é solução

Frente à urgência, o sistema capitalista tenta propor soluções superficiais. No entanto, Diego Marques adverte para a ilusão do desenvolvimento sustentável. “A gravidade do contexto presente dá lugar à fantasia ideológica de que é possível seguir o curso da acumulação capitalista com uma mudança da perspectiva “mitigadora” para adaptações da matriz produtiva em direção a um desenvolvimento sustentável. Essa é uma perigosa falácia”, alerta.

Segundo o diretor do ANDES-SN, a pauta ambiental, frequentemente associada ao

capitalismo verde, legitima-se por meio da comoditização generalizada dos recursos naturais e pelo uso de novos mecanismos como mercados de carbono e geoengenharia. “A comoditização generalizada dos recursos naturais e a transferência do peso da crise para comunidades tradicionais e indígenas, bem como as ‘tecnologias de aprendiz de feiticeiro’ legitimam novas formas de exploração. A emergência de novas tecnologias como a IA e a crescente digitalização das relações sociais engendram uma lógica tecnosolucionista, que recobre a continuidade e o avanço do produtivismo e gera novos problemas quanto às transformações metabólicas da relação natureza-sociedade”, reforça o 2º tesoureiro do ANDES-SN.

Ecosocialismo ou barbárie

Annie Hsiou acrescenta que o prognóstico é desolador, já a manutenção da vida com o modelo capitalista não são compatíveis. A docente afirma que a política fiscal atual do governo, com o Arcabouço Fiscal, não dá margem para maior orçamento para as questões ambientais e climáticas. “O governo se propôs a fazer um gabinete de crise climática, mas não revogou nenhuma medida anti-ambiental dos seus governos anteriores ou do governo Bolsonaro”, lamenta.

Para a diretora do Sindicato Nacional, a saída exige que a classe trabalhadora construa uma plataforma ecosocialista, que defenda radicalmente a vida em todas as suas dimensões e interfaces de classe, gênero, raça, etnias e da natureza precisa avançar. “Construir uma transição ecosocialista não é mais uma escolha, é uma necessidade urgente!”, conclui a 3ª vice-presidenta do ANDES-SN.

“A vida acima do lucro é a mais importante e urgente tarefa da nossa geração”, acrescenta Diego Marques.



Cúpula dos Povos: ANDES-SN e seções sindicais marcaram presença em evento paralelo à COP 30

Representantes da diretoria do Sindicato Nacional e das seções sindicais estiveram na barqueata, na Tenda da Educação e na Marcha Global pelo Clima



O ANDES-SN marcou presença na Cúpula dos Povos, realizada entre 12 e 16 de novembro, em Belém (PA). Em um contraponto direto ao caráter negocial da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), a atividade foi realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA).

A participação do ANDES-SN na construção e durante a Cúpula dos Povos foi uma deliberação do 43º Congresso do Sindicato Nacional, realizado no início deste ano em Vitória (ES). “Gostaria de registrar o acerto da decisão do congresso de estarmos na Cúpula dos Povos, uma participação protagonizada pelo ANDES-SN, a partir da Regional Norte 2, especialmente pela Adufpa SSind., Sindufopa SSind. e Sinduepa SSind., mas também com o Sinasefe, por meio do Sintep e o Sindtifes, além dos estudantes indígenas da Apyeufpa”, afirmou Marcelo Barreira, 2º vice-presidente da Regional Leste do Sindicato Nacional.

A Cúpula reuniu cerca de 25 mil pessoas credenciadas e lideranças de mais 65 países, reafirmando a força da ancestralidade e da solidariedade internacional contra o modelo colonialista e pela transição socioambiental justa. O encontro popular celebrou a unidade global e o acúmulo de dois anos de construção política, reforçando que a resposta à crise climática brota dos territórios e não dos mercados.

Segundo Annie Hsiou, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, apesar das pressões exer-

cidas por lobistas do agronegócio, do setor de combustíveis fósseis e da mineração na COP 30, a Cúpula dos Povos configurou-se como um espaço plural, marcado por contradições e múltiplas demandas, mas também como um importante laboratório político. “Esse ambiente reforçou a necessidade de aprofundar a articulação do sindicato com movimentos sociais, povos originários e comunidades tradicionais, bem como reafirmou a importância de uma atuação sindical internacionalista, alinhada aos anseios dos povos e ao imperativo de enfrentamento ao capitalismo, recolocando o ecossocialismo como pauta central”, comentou a docente.

Barqueata

Uma barqueata histórica, com mais de 200 embarcações e cerca de 5 mil pessoas, marcou a abertura da Cúpula dos Povos,

no dia 12. O ANDES-SN esteve presente com uma embarcação com dezenas de docentes.

“Desde a barqueata, em que o rio se tornou um local de valorização da cultura local e sua relação com a natureza, para além do uso de carros. Essa nossa “flotilha” também contestou a violência do capital contra os povos originários, em que a luta dos territórios é a luta pela própria existência”, contou Marcelo Barreira.

Faixas e cartazes ornamentavam os barcos de grande e pequeno porte, durante o percurso de 7 milhas náuticas, denunciando as contradições da COP 30 e expondo as pautas dos povos, movimentos e entidades. A manifestação teve início na Universidade Federal do Pará (UFPA), território da Cúpula dos Povos, e seguiu margeando o rio Guamá - que depois vira rio Guajará - até a Vila da Barca, área de



palafitas onde parte da população vive sem qualquer saneamento.

Tenda da Educação

Construída pelo ANDES-SN em conjunto com outras entidades do setor da Educação, a Tenda da Educação pautou diversos debates durante os dias de Cúpula dos Povos. Ao longo da programação, foram promovidos debates, atividades culturais e articulações com movimentos do Brasil e de outros países.

Barreira, que também é da coordenação do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPaua) do Sindicato Nacional, contou sobre a experiência de participar das atividades. “Para mim, foi uma oportunidade única participar da Tenda da Educação do ANDES-SN, no contexto da Cúpula dos Povos. No âmbito das atividades promovidas, a Tenda da Educação destacou-se como espaço privilegiado de reflexão, canal de visibilização de diversas lutas de estudantes e docentes, além de ser, ela mesma, um espaço de resistência diante da truculência de governos e empresas em seus ataques à educação pública”, disse.

Os painéis abordaram temas como “Educação e Luta de Classes diante da crise climática: desafios e enfrentamentos para a contra-hegemonia em territórios amazônicos”; “Capitalismo, conflitos climáticos, civilizatórios e direitos humanos”; “Dimensão geopolítica da Amazônia no coletivo dos povos”; “Futuro e Alternativas para a educação com território e com o clima” e “Conflitos e possibilidades da educação escolar indígena, quilombola e do campo na Amazônia”.

“Foram debatidos inúmeros temas entre os dias 12 e 15 de novembro, entre eles a discussão sobre as emergências climáticas nos currículos, enfrentando o racismo ambiental, conflitos e impactos geopolíticos nas comunidades indígenas na Amazônia, a questão climática como pauta transversal na luta pelos territórios de comunidades originárias e tradicionais - como o exemplo de luta indígena dos Munduruku, logo no início da COP 30 contra o Decreto 12.600/2025, que pretende privatizar os rios através das hidrovias nos rios Tapajós, Tocantins e Madeira, com a explosão do Pedral Lourenço para escoamento de embarcações do agronegócio, com impactos diretamente sócio-ambientais. Também participamos do Festival Palestina, com shows e intervenções artísticas e culturais”, contou Annie Hsiou.

Os impactos da reforma curricular na

educação básica e a formação de professores e professoras e currículo para a Educação antirracista também foram pautados durante os dias de debate. A Tenda da Educação recebeu ainda o painel “Cúpula das infâncias: Justiça climática e bem viver, só com participação de crianças e adolescentes”. “A luta das professoras mulheres negras pela implementação efetiva das cotas raciais nas IES, entre outros diversos temas emergentes que transversam a pauta da crise climática também foram abordados”, acrescentou a 3ª vice-presidenta do Sindicato Nacional.

Segundo Barreira, a tenda criou um ambiente de diálogo, com falas potentes e engajamento coletivo, em torno da justiça climática e a diversidade socioambiental, da perspectiva da periferia, dos povos da

floresta, de quilombolas e indígenas, além de comunidades populares situadas fora das capitais e, sobretudo, fora do eixo do capital.

“Junto a essa temática, a realidade da multicampia e a educação superior em contexto de periferia esteve presente ao ser projetado um documentário sobre os desafios no campus de Cametá (UFPA), que exige o deslocamento por barcos e até dificuldades cotidianas, como o conserto de ar-condicionado num estado que tem sofrido mais que outros com o aquecimento global. Para esse fortalecimento na luta internacional pela diversidade e justiça socioambiental contra o capital, cabe destacar a potente manifestação em solidariedade à Palestina no festival Palestina Livre em



Depoimentos da Tenda da Educação

"Eu, como docente, tive contato com vários outros professores que estão no mesmo lugar que o meu, que é pensar numa educação que inclua todos os tipos de vozes, que inclua todos os tipos de povos. Um outro momento é pensar que o evento é um incentivo para nós, professores, porque a gente não se sente tão sozinho nesse espaço. Os outros professores estão em outros espaços, outros estados, mas também estão trabalhando no mesmo objetivo, que é uma docência voltada para alcançar todos os povos e que esse nosso processo educativo, nosso processo docente, seja um processo que mais justo, que a gente consiga fazer uma educação superior mais justa para todos os povos, para todos os grupos, de diferentes etnias."

Dinair Barbosa de Freitas – docente da Uepa

"Nós estamos com demandas urgentes. Nosso rio está contaminado por mercúrio, nossa terra está contaminada pelo veneno da soja, pelo glifosato, as queimadas estão contaminando o ar e a gente precisa de segurança, e a segurança é a demarcação do território. A gente precisa ser ouvido, precisa ser escutado, a gente precisa falar. Não interessa para nós ficarmos no acampamento da COP Aldeia, não interessa para nós as programações da COP, nos interessa protagonismo e intervenção. Foi por isso que nós fizemos o ato, foi por isso que fomos para a frente da Blue Zone, foi por isso que a gente tentou ocupar um espaço que, historicamente, nunca foi ocupado por movimento social nenhum e, pela primeira vez, a gente, a partir da nossa luta, da nossa incidência, fomos escutados, a partir dessa relação movimento social, movimento indígena e sindicato. Eu acho que essa articulação é necessária para os tempos que virão."

Maike Kumaruara – docente da Ufopa e diretor da Regional NII do ANDES-SN

"Aqui estamos tendo oportunidade de dialogar com os profissionais dos mais diversos lugares do mundo e do interior do Brasil, das margens dos rios, das florestas, e conhecer, sim, as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade, porque se ela é possível, a discussão calcada pela educação é o caminho."

Letícia Mamed – professora da Ufac e diretora da Regional NI do ANDES-SN

"Estamos aqui, frente ao rio Guamá, justamente para dizer, marcar a nossa origem, e que nós temos que cuidar desse ambiente, pensando e trazendo ele também como parte integrante desse currículo, porque nós somos da educação e temos que pensar dessa forma, integrada, coletiva, para poder reforçar essa luta."

Rita Bentes - docente da UFPA

"A Cúpula acontecendo aqui nesta universidade [UFPA] tem uma importância histórica, porque a possibilidade de o mundo conhecer os conhecimentos, a construção das ideias, as propostas que esta instituição tem feito ao longo da sua história, com a participação de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e dentro desse contexto da Cúpula está a Tenda da Educação, uma força intersindical que se propõe a dar soluções para as problemáticas ambientais, a partir da experiência daqueles que sofrem as consequências da crise climática no mundo."

Jackson Costa – Diretor-geral da Adufpa SSind.

nossa tenda", contou o docente.

Marcha Mundial pelo Clima

Mais de 70 mil pessoas ocuparam as ruas de Belém (PA), no sábado (15) para a Marcha Mundial pelo Clima. Organizada por integrantes da Cúpula dos Povos e da COP das Baixadas, a manifestação teve a participação de representantes de organizações de todos os continentes, de povos tradicionais e das comunidades paraenses.

"A Marcha Global, realizada no sábado, foi um momento marcante na luta classista por educação pública, cultura e a defesa dos povos e territórios amazônicos. Ante a riqueza de movimentos populares, a presença do ANDES-SN foi essencial para fortalecer o movimento pela educação pública com outros coletivos do movimento estudantil e dos TAEs, ampliando o debate sobre os desafios de estudantes, docentes e trabalhadores da educação contra os parasitas da COP 30", contou Marcelo Barreira.

Com palavras de ordem, alegorias,

faixas, cartazes e muita força coletiva, a marcha saiu do Mercado de São Brás, no centro histórico da capital paraense, e percorreu 4,5 km até a Aldeia Cabana, símbolo da resistência amazônica. Carros de som alternavam entre discursos políticos, ritmos de carimbó e brega, com uma amostra expressiva da diversidade cultural

e social do povo amazônica.

Docentes do ANDES-SN caminharam ao lado de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e manifestantes de todo o mundo, em um protesto que uniu as diversas lutas em defesa dos territórios, da vida e por justiça climática. As e os manifestantes cobravam também



decisões efetivas da COP 30 no combate à crise climática.

“O ANDES-SN esteve presente com o bloco da educação em conjunto com demais entidades e sindicatos da educação e movimento estudantil durante a Marcha Global pelo Clima, que reuniu mais de 70 mil pessoas, entre elas, uma grande diversidade de pessoas entre brasileiros e estrangeiros, coletivos em defesa do meio ambiente, entidades sindicais, e uma enorme diversidade de etnias indígenas do Sul Global, com expressiva participação dos povos indígenas brasileiros. A Marcha Global pelo Clima destacou-se como um dos maiores atos de rua do período, reunindo ampla diversidade de pessoas, etnias, nacionalidades e cores”, avaliou Annie Hsiou.

Agrotóxico mata!

A Marcha Mundial pelo Clima também denunciou a autorização, do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), para o registro de 30 novos agrotóxicos. A decisão foi publicada no dia 11 de novembro, um dia após o início da COP 30 e na véspera da abertura da Cúpula dos Povos.

De acordo com Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), dezesseis produtos são classificados em relação ao potencial de periculosidade ambiental como Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente (Classe II), já os demais são considerados Produtos Perigosos ao Meio Ambiente (Classe III). Alguns, inclusive, são proibidos na União Europeia, que adota limites de resíduos extremamente rígidos.

“O Brasil está sediando um dos eventos mais importantes do debate de mudanças climáticas, mas o agronegócio segue dominando as tomadas de decisões internas. Vendemos uma imagem de preocupação com a sustentabilidade, mas seguimos com as torneiras abertas, mantendo a posição de maior mercado de veneno do mundo”, denunciou Jakeline Pivato, integrante da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Encerramento

A Cúpula encerrou sua programação no domingo (16), entregando ao presidente da COP 30, embaixador André Corrêa do Lago, uma carta, construída coletivamente pelos movimentos, organizações e redes envolvidos na organização da Cúpula.

O documento reforça o compromisso com o internacionalismo popular, a solidariedade entre territórios e a construção de um Movimento Internacional de Atingidas e Atingidos por barragens,



crimes socioambientais e impactos da crise climática. Ressalta, ainda, que somente a organização global dos povos poderá enfrentar as estruturas que alimentam desigualdades, violências e o colapso ambiental. “É tempo de avançar com mais unidade e consciência para enfrentar o inimigo comum e defender a vida”, afirma o documento.

O 2º vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN pontuou, no entanto, que apesar da riqueza das atividades e da expressiva participação de seções sindicais e docentes, a coordenação política da cúpula dos povos não conseguiu promover o envolvimento efetivo das mil entidades construtoras da cúpula na redação da carta final. “Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecer o diálogo e a articulação entre os movimentos sociais para futuras edições e ações conjuntas”, ponderou Barreira.

Annie Hsiou reforçou a crítica e contou

que o ANDES-SN não participou da leitura da declaração da Carta da Cúpula dos Povos por compreender que a construção da cúpula instrumentalizou a participação social. “Isso ficou bastante evidente nos patrocinadores da Aldeia COP, desde a Natura até a WWF e o Banco Mundial. Neste sentido, a declaração do Lula, de que a COP não existiria sem os movimentos sociais, há um risco de “coisificar” a mobilização social: se a sociedade civil é útil porque legitima o evento, até que ponto pode influenciar efetivamente os temas decisórios da COP, como financiamento dos super ricos para programas de adaptabilidade e condicionamento climático, justiça climática ou o fim do desmatamento? A retórica pode ser usada para mostrar participação, sem necessariamente garantir poder real de decisão dos povos originários e tradicionais”, analisou.

*Com informações da Agência Brasil, Cúpula dos Povos e ANA

Necropolítica, racismo e fascismo: o que revela a megaoperação no Rio de Janeiro



Foto: Thaylane Santos

A Operação Contenção, conduzida pelo governador do Rio de Janeiro (RJ), Cláudio Castro (PL), em 28 de outubro, nos Complexos do Alemão e da Penha, na zona norte da capital fluminense, tornou-se a ação policial mais letal da história do estado. O massacre resultou na morte de 121 pessoas, sendo 117 civis e quatro policiais.

“Sou nascida e criada na favela da Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha e, em toda a minha vida, nunca vi nada parecido. Em um país que não possui pena de morte, o Estado chega matando com crueldade e até traços de psicopatia, segundo alguns relatórios divulgados sobre as necrópsias”, critica Ana Tobossi, que atua nos movimentos Popular de Favelas, Negro Unificado-RJ e Frente Mulheristas de Favelas Antirracistas.

De acordo a ativista e militante antirracista, uma sociedade que apoia o extermínio de pessoas pretas, pobres e faveladas é uma sociedade adoecida, que perdeu a humanidade e o sentido de justiça. “O enfrentamento ao racismo estrutural é fundamental. A necropolítica é fruto de uma sociedade racista que, há

séculos, sustenta a ideia de que pessoas negras são inimigas do Estado - corpos puníveis e matáveis. Não vejo como incapacidade, mas como projeto político. É um projeto eleitoreiro, que transforma o sangue preto em propaganda. Quando a polícia apreendeu fuzis em um condomínio de luxo na Barra da Tijuca, não chegou atirando. O Estado não combate o crime organizado, o Estado mata pobres e favelados”, destaca.

Para a secretária-geral do ANDES-SN, Fernanda Maria Vieira, a megaoperação não trouxe resultados concretos contra o narcotráfico e representa, explicitamente, a necropolítica. “Há uma disputa retórica. De um lado, o governo estadual, secretarias de Segurança, um perfil de governadores conservadores; de outro, um embate na sociedade de que a política de segurança se resume a uma política de extermínio por si só, porque há um elemento bastante eleitoreiro em uma política de segurança que não é alicerçada pela Constituição, pelos direitos humanos. A jurista Maria Lúcia Karam costuma dizer que guerras não são feitas contra coisas, guerras são feitas contra pessoas. Então, você tem hoje uma simbologia da política de segurança

sustentada por essa retórica da guerra às drogas, que, na verdade, não é a guerra às drogas. É guerra ao pobre, guerra ao jovem negro das favelas”, condena.

Segundo Fernanda, é preciso estar comprometido com a democracia, com a justiça social e refletir sobre um modelo de segurança pública que não pode ser assujeitado a partir do genocídio e da morte. “É preciso que a gente reconheça que o que aconteceu em 28 de outubro não foi uma operação bem-sucedida. É o demonstrativo de uma barbarização social. Estamos vivendo um avanço do fascismo e do conservadorismo, que partem do pressuposto que a resposta a ser dada para o aumento da criminalidade é a política de morte. Uma retórica que legitima a política de morte, que nos preocupa e demonstra o fracasso de uma das operações com maior índice de letalidade do país”, avalia.

A secretária-geral do Sindicato Nacional reforça que o processo social brasileiro sempre foi brutal e violento, seja pelo extermínio de populações indígenas, seja pelo processo de escravização do corpo negro e de sua eliminação. “A cena dos corpos estendidos na praça na Penha é um demonstrativo do grau de barbárie

que estamos vivenciando. O campo da segurança pública, tradicionalmente, é um debate absorvido pela direita e hoje, pela extrema direita. Uma direita que, diante desse cenário, vai apontar aumento das penas, mais prisão, mais polícia, deslocamento orçamentário do campo social para o campo da segurança pública, com alto grau de autonomização das forças policiais. Isso é uma ameaça à democracia”, afirma.

Na opinião da docente, o desafio contemporâneo é que o campo político hoje tem muitas interseções com o fascismo, e os direitos estão sendo, cotidianamente, violados e rebaixados. Para ela, o único direito que se apresenta com fôlego, atualmente, é justamente o campo da segurança pública criminal.

“O nosso Congresso, que a gente denomina de antipovo, é, de fato, um Congresso marcado por integrantes do campo da segurança: policiais, delegados e militares vinculados à bancada religiosa que, por sua vez, são alicerçados pela bancada do agro e da bala. Esse é o extrato de uma elite brasileira que se apossou do nosso Congresso, do orçamento público. Esse grupo social não pensa a segurança pública a partir dos direitos, pensa a segurança pública a partir de uma lógica da eliminação, porque mantém dentro do extrato do debate da segurança pública, essa noção de guerra contra o inimigo. E quem é o inimigo que esse público estabelece? São jovens negros, pobres, trabalhadores e trabalhadoras irredimidos, militantes sociais, movimentos sociais”, denuncia.

Desrespeito à ADPF 635

A megaoperação policial no Rio de Janeiro, na avaliação de órgãos de



Foto: Thayllane Santos

controle e especialistas, tem fortes indícios de desrespeito à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como "ADPF das Favelas". O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) relatou ao Supremo Tribunal Federal (STF) indícios de lesões atípicas nas vítimas da chacina.

A ADPF 635 foi proposta em 2019 pelo PSB, com apoio de organizações não governamentais e movimentos sociais, para enfrentar a excessiva letalidade da polícia no estado. Em 2020, o STF deferiu liminares cautelares impondo restrições às operações policiais no RJ. Em abril de 2025, houve julgamento de mérito, que homologou parcialmente o plano do estado do Rio de Janeiro e determinou diversas complementações para garantir o controle das operações policiais.

No dia 3 de novembro, o ministro Alexandre de Moraes, relator da ADPF, se reuniu com o governador Cláudio Castro e representantes das forças de segurança do estado para cobrar explicações. Já em 5 de novembro, ele recebeu os amici curiae da ADPF. Nas audiências, o ministro questionou o que deu errado na operação.

No dia 10 de novembro, Moraes, em nova decisão no contexto da ADPF 635, estabeleceu que o governo do estado preserve e envie todas as imagens das câmeras corporais utilizadas na operação por policiais civis e militares, bem como a relação dos agentes que portavam o equipamento. O ministro também exigiu o envio de todos os laudos necroscópicos, com registros fotográficos e dados balísticos, além de relatórios que comprovem a presença dos alvos dos mandados judiciais no local da operação.



Foto: Thayllane Santos

Chacina como política de Estado

Nos últimos anos, segundo o Instituto Fogo Cruzado, as operações mais letais no Rio de Janeiro, foram:

28 de outubro de 2025: **Complexos da Penha e do Alemão, com 117 civis mortos**

6 de maio de 2021: **Jacarezinho, com 27 civis mortos**

24 de maio de 2022: **Complexo da Penha, com 23 mortos**

21 de julho de 2022: **Complexo do Alemão, com 16 mortos**

23 de março de 2023: **Salgueiro, com 13 mortos**

Em marcha histórica, mulheres negras ocupam a Esplanada dos Ministérios em Brasília (DF)



Em uma das manifestações mais expressivas da década, cerca de 300 mil mulheres negras do Brasil e de outros 40 países ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), no dia 25 de novembro, durante a 2ª Marcha das Mulheres Negras, que trouxe como tema “Por Reparação e Bem Viver”. Organizada pelo Comitê Nacional da Marcha das Mulheres Negras, a mobilização colocou em pauta direitos fundamentais como moradia, emprego, segurança, vida livre de violência e políticas de reparação para a população negra.

A participação do ANDES-SN foi deliberada no 67º Conad, realizado em Belo Horizonte (MG). Desde então, a diretoria do Sindicato Nacional, por meio do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), atuou de forma ativa nos encaminhamentos e na construção do processo organizativo, em diálogo com o Fórum Nacional de Mulheres Negras e com o Comitê Impulsionador da Marcha. Como parte da preparação, o Sindicato Nacional disponibilizou cerca de 20 ônibus, vindos de diversas regiões do país, garantindo a presença de mulheres negras na capital federal.

A programação da 2ª Marcha teve

início em 20 de novembro, no Dia da Consciência Negra, e incluiu debates, oficinas, atividades culturais, shows, exibições de cinema e mais de 60 ações autogestionadas, realizadas por organizações de 15 estados e redes internacionais. A estrutura contou com atendimento de saúde, unidades móveis, ambulatórios e apoio da segurança pública. Ainda no dia 25 no período, no período da noite, representantes do Comitê Nacional da Marcha participaram de uma audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, para apresentar demandas relacionadas à po-

lítica de segurança pública, com destaque para a recente chacina nos Complexos do Alemão e da Penha (RJ). Acesse a matéria pelo QR Code ao lado:



Para Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN e integrante da coordenação do GTPCEGDS, o dia marca uma data simbólica e potente na luta antirracista, especialmente por coincidir com o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. “Hoje, 25 de novembro, é dia da Marcha das Mulheres Negras. Essa data potente marca a luta antirracista, antimachista,



anti-LGBTI+fóbica e anticapacitista. O nosso Sindicato incorporou essa data à sua agenda e construiu a campanha ‘Sou Docente Antirracista’. O ANDES-SN está junto com a Marcha, combatendo a chacina do povo negro e a letalidade do Estado. Avançamos na luta”, destacou.

Letícia Nascimento, 2ª vice-presidenta do ANDES-SN e também da coordenação do GTPCEGDS, reforçou a importância da presença do Sindicato na defesa das políticas de reparação e de ações afirmativas nas instituições de ensino. “A participação do ANDES-SN na 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras foi fundamental, especialmente no momento em que construímos a campanha ‘Sou Docente Antirracista’. O Sindicato tem atuado de forma incisiva pela reparação política e pelo fortalecimento das ações afirmativas nas nossas instituições de ensino. Inúmeras vagas docentes destinadas a pessoas negras nunca foram ocupadas, e é essencial que essas reparações aconteçam e que as políticas de cotas funcionem plenamente”, afirmou.

1ª Marcha

A marcha deste ano ocorreu dez anos após a primeira edição, realizada em 18 de novembro de 2015, quando mais de 100 mil mulheres negras marcharam em

Brasília contra o racismo, o genocídio da juventude negra, a violência doméstica, o feminicídio e em defesa do bem viver.

De acordo com Ana Lúcia da Silva, do Comitê Impulsor da II Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver Brasília 2025, o ato evidenciou que a realidade de vida das mulheres negras segue marcada pelo racismo e suas dimensões. Segundo Ana Lúcia, não haverá democracia possível enquanto a população negra continuar submetida a altos índices de letalidade, violações e exclusões estruturais.

“Ampliamos o número de parlamentares, chefes do executivo negras, trans e cis em todo Brasil, parlamentares comprometidas com a agenda da diversidade de gênero, raça e etnia. Todavia, esse avanço ainda é desproporcional com relação à representatividade na sociedade. Somos 28% da população brasileira e menos de 5% das parlamentares no Congresso Nacional. Vereadoras e deputadas estaduais eleitas nos últimos pleitos pós marcha sofrem violência política de gênero em todas as Câmaras e Assembleias Legislativas, muitas (ou quase todas) necessitam de escolta policial para trabalhar e sofrem ameaças cotidianamente por defenderem o Estado Democrático de Direitos e a superação das desigualdades”, afirmou.

A representante do Comitê disse ainda

reconhecer o aumento de docentes negras nas universidades públicas, embora o percentual permaneça inferior a 4%. “Entendemos também que esse ambiente precisa recepcionar com igualdade de oportunidades tais profissionais, na garantia de ser e permanecer”, refletiu. Para ela, a docência antirracista e suas estratégias são o caminho possível para superação do racismo e a garantia de autonomia das mulheres negras neste espaço de poder que é o conhecimento.

Carta

Na manhã de 25 de novembro, uma comissão de mulheres negras participou de uma sessão solene na Câmara dos Deputados, com a presença de ministras e parlamentares negras, além de representantes de movimentos sociais, quando foi entregue a Carta da 2ª Marcha das Mulheres Negras. O documento afirma a necessidade de uma política de reparação histórica e econômica para enfrentar desigualdades produzidas pela escravização e pelo racismo no Brasil. Defende a redistribuição de poder e representação proporcional às mulheres negras em todas as esferas e cita a experiência de países da América Latina, como Bolívia, México, Costa Rica, Equador, Peru, Panamá, Honduras e Argentina, que já implantaram





sistemas de paridade de gênero em suas listas eleitorais.

A Carta reivindica uma Emenda Constitucional, que garanta paridade de raça e gênero em todos os níveis dos Poderes constituídos, incluindo tribunais superiores, conforme a proporção demográfica. Também exige a aprovação do PL Complementar 35/2019 (Mais Mulheres na Política), que reserva 50% das cadeiras legislativas para mulheres, sendo metade para mulheres negras.

O documento lista ainda uma série de projetos de lei considerados essenciais, como o PL 2999/2022, que cria o Programa “Mães de Maio”, voltado ao combate da violência institucional; o PL 3475/25, que estabelece o Sistema Nacional de Prevenção e Responsabilização pela Letalidade Policial; e o PL 2540/23, que institui a Política Nacional de Proteção a Parlamentares em situação de risco por violência política de gênero e raça. Entre outras medidas, reivindica o PL 820/25, que concede anistia a mulheres acusadas de aborto; o PL 1087/23, que obriga plataformas digitais a monitorar discursos de ódio direcionados a mulheres, pessoas negras e LGBTI+; o PL 5286/25, de combate ao racismo ambiental; e o PL 5251/25, que estabelece diretrizes para justiça climática. No campo socioeconômico, solicita a aprovação do PL 3407/25, que avalia o impacto racial e de gênero da legislação do imposto de renda; o PL 3637/23, que inclui critérios de raça e gênero na política urbana; o PL 4046/25, que assegura a inclusão de lideranças de religiões de matriz africana no sistema de Previdência Social, entre outros projetos.

ANDES-SN em luta

A atuação do ANDES-SN nas pautas das mulheres negras tem se aprofundado por meio de iniciativas políticas e campanhas permanentes. Entre elas, destacam-se as datas do calendário de lutas do Sindicato, como 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra; e 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Em 2024, o ANDES-SN lançou a campanha “Sou Docente Antirracista”, com foco no combate ao racismo nas instituições de ensino e na ampliação do debate sobre ações afirmativas, como as políticas de cotas raciais.